

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.257 - SP (2018/0331770-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : ELTON DA SILVA BORGES**  
**ADVOGADOS : MILTON DOMINGUES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP163307**  
**RITA DE CASSIA DOS ANJOS OLIVEIRA - SP261953**  
**AGRAVADO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**  
**ADVOGADOS : JORGE DONIZETI SANCHEZ - SP073055**  
**RUBENS ZAMPIERI FILARDI - SP212835**  
**MARIA HELENA DE CARVALHO ROS - SP201076**  
**RAFAEL BARIONI - SP281098**  
**HELGA LOPES SANCHEZ E OUTRO(S) - SP355025**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por ELTON DA SILVA BORGES, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 204-214, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 117-122, e-STJ):

Agravo de instrumento. Ação ordinária de restituição de bem de terceiro. Cumprimento de sentença. Conversão de obrigação em perdas e danos. Decisão de Primeiro Grau que acolheu a impugnação apresentada pelo executado e determinou eventual retificação dos cálculos. Alegação de que os lucros cessantes são devidos, posto que presumidos. Impossibilidade. Dano hipotético. Necessidade de demonstração inequívoca da sua ocorrência. Alegação, ademais, que extrapola os limites do título executivo. Perdas e danos que se consubstanciam no valor dos bens móveis não restituídos. Agravo improvido, com observação.

Opostos embargos de declaração (fls. 124-137, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 138-141, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 143-179, e-STJ), o recorrente aponta violação aos artigos 141, 223, 269, 370, 371 e 374, III, 489, 505, 507, 509, 525 e 1022 do CPC/2015; 402 do CC/2002

Sustenta, em síntese, que: a ) o *decisum* responsável pela apreciação dos embargos declaratórios é formulado de modo genérico; b) a instituição financeira recorrida não consentiu apenas com a liquidação da sentença da fase de conhecimento, mas também com os danos apontados pelo então agravante; c) as perdas e danos incluem lucros cessantes; d) o acórdão recorrido, ao decidir sobre a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, excluiu parcelas contidas no título executivo; e) é indevida a repetição da prova quanto à existência do ônus de propriedade do exequente; f) a impugnação à sentença apresentada pelo ora recorrido deveria ser acompanhada de planilha de cálculos; e g) o deferimento de diligências probatórias referentes aos lucros cessantes após a homologação da conversão da obrigação em perdas e danos torna tais providências inúteis.

Contrarrazões às fls. 189-198, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 199-201, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que: a) não se verifica a apontada violação ao art. 1022 do CPC/2015; b) a simples referência a dispositivo de lei não autoriza o conhecimento de recurso especial; c) aplicar-se-ia ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ; d) o dissídio jurisprudencial não foi comprovado.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que: a) as suscitadas ofensas a dispositivos infraconstitucionais estão devidamente expostas; b) o acórdão recorrido não apreciou todos os pontos necessários à solução da lide; c) o exame pretensão não demanda reanálise da matéria de fato; d) o precedente invocado para demonstrar o dissídio jurisprudencial tem similitude fática com a controvérsia em análise.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, pontua-se que, consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Salienta-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que, em sua decisão, discorra sobre todas as questões fundamentais para a correta solução da controvérsia.

No caso em tela, verifica-se que o Tribunal de origem, de forma fundamentada, refutou as supostas omissões ventiladas pelo ora insurgente em sede de embargos declaratórios (fl. 140, e-STJ):

Sem razão o embargante, anotada, porém, a combatividade de seus dignos advogados.

Denota-se das razões recursais que o embargante não se conforma com a manutenção da decisão agravada, apesar de o v. aresto recorrido ter apresentado motivação suficiente para tanto.

Diferente do que sustenta, inexistem os vícios aventados. Após a prolação da r. sentença na fase de conhecimento (fls. 80/83), o aqui agravante, ora embargante, opôs embargos de declaração (fls. 85/86) objetivando a fixação de perdas e danos (com lucros cessantes), sustentando omissão naquele julgado. Contudo, tal pretensão foi rejeitada pelo r. Juízo a quo (cfr. fl. 87), sem que houvesse qualquer recurso do autor. É o que basta para se verificar que não houve inclusão de lucros cessantes no título executivo judicial, mas apenas a obrigação de devolver a catraca e o validador.

Ora, após o peticionamento do banco com a informação de que já não dispunha de tais bens, o autor, mais uma vez, busca incluir aí os lucros cessantes, o que não se pode admitir. Do exame dos documentos juntados, tem-se que a concordância do banco executado com a liquidação de sentença ocorreu em razão daquele título executivo judicial. Ao incluir os lucros cessantes, novamente, no pedido de liquidação frise-se, outrora já negado pelo d. magistrado a fl. 87 não agiu o autor com a boa-fé que se espera dos litigantes.

Assim, percebe-se, portanto, que o embargante não concorda com o entendimento do acórdão embargado, e pretende rever a posição do julgado; contudo, não existem a omissão, a obscuridade e a contradição da forma alegadas.

Todas as questões foram devidamente apreciadas e decididas, de modo que

descabidos os argumentos trazidos, agora, em seu recurso.

Em verdade, as alegações vertidas pelo ora agravante não denotam omissões, contradições ou obscuridades do aresto impugnado, mas tão somente traduzem seu inconformismo em relação ao acolhimento da tese jurídica defendida pela parte adversa.

Assim, não há se falar em violação aos arts. 489 e 1022 do CPC/2015 na espécie, uma vez que a Corte local, de modo satisfativo e sólido, apreciou todos os pontos necessários para o julgamento do caso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 489, § 1º, DO CPC/2015 E AO ART. 93, IX, DA CF/88. DECISÃO MONOCRÁTICA - ORA AGRAVADA - DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. ACÓRDÃO ESTADUAL QUE EXAMINOU OS PONTOS ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 139, I, E 373, II, DO CPC/2015 E ART. 324 DO CÓDIGO CIVIL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

**1. Os vícios a que se refere o art. 1.022 do CPC/2015 - art. 535 do CPC/73 - são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos utilizados pelas partes, de modo que não há falar em omissão simplesmente pelo fato de as alegações deduzidas não terem sido acolhidas pelo órgão julgador. Na espécie, deve ser rejeitada a violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois não existem vícios no v. acórdão estadual, que examinou os pontos essenciais ao desate da lide.**

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1015125/AC, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DE ACORDO JUDICIAL INADIMPLIDO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 3. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC/1973. CRITÉRIO DE EQUIDADE. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

**1. Não ficou caracterizada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional**

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1254843/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO

BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018)

2. No que toca às demais teses suscitadas pela parte insurgente, melhor razão não lhe assiste.

Com efeito, da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que o Tribunal local, à luz dos elementos probatórios que instruem os autos, concluiu que a impugnação apresentada pela ora recorrida, realizada de modo adequado, demonstrou que o título executivo não englobaria os lucros cessantes pleiteados pelo ora recorrente, uma vez que tal pleito sequer fora objeto do pedido formulado no início da fase de conhecimento (fls. 119-120, e-STJ):

Ao se opor ao cumprimento, o agravado aduziu que os cálculos do agravante não deveriam prevalecer, pois os danos deveriam ser limitados ao valor dos bens que não lhe foram restituídos. (fl. 56).

Nesse contexto foi proferida a decisão agravada, rejeitando os cálculos porque dissociados do título executivo (fls. 39/41).

**A obrigação inadimplida pelo agravado é de dar coisa certa consistente nos equipamentos que eram utilizados pelo agravante em sua atividade profissional.**

**Nada mais. Por isso, restou consignado em decisão anterior a possibilidade de liquidação por simples cálculo aritmético, vez que era suficiente apenas atualizar o valor dos equipamentos não restituídos.**

O título executivo impôs a obrigação de entregar os bens simplesmente para que pudesse ser retomada a atividade profissional. Se a entrega da coisa tivesse ocorrido como determinado pelo título executivo não haveria margem para discussão envolvendo lucros cessantes alegados pelo agravante. **O agravante, quando do ajuizamento da ação, não pleiteou indenização pela paralisação de seu trabalho.**

Significa dizer que o inadimplemento da obrigação se revelou mais vantajoso ao agravante. Ao invés de receber seus equipamentos, passou a pleitear uma indenização correspondente a R\$1.616.370,21 (fl. 40) por um período que não seria considerado se o agravado entregasse as coisas.

E, como bem consignado pelo d. Magistrado a quo, sequer é possível saber se havia possibilidade de instalação dos equipamentos em outro veículo.

É manifesta a falta de correlação entre a obrigação de dar coisa certa imposta pela sentença segundo o pedido da petição inicial e a conversão dela em perdas e danos. **A pretensão do agravante representa ampliação objetiva da lide, o que não se admite nessa fase de cumprimento de sentença.**

O agravante deveria observar que as perdas e danos têm caráter substitutivo da obrigação de dar coisa certa e a conversão deve respeitar o equivalente em dinheiro.

Frise-se que a expedição de ofícios a terceiro (fls. 97/100), para que informe valores para se aferir eventuais lucros cessantes (cfr. fl. 14), não revela que a execução deva prosseguir nesse sentido, pois extrapola os limites do título.

**Os lucros cessantes, baseados na inatividade profissional, devem ser objeto de ação própria caso ainda não sujeita a prazo prescricional já que a sua discussão excede os limites da lide (fls. 61 e 83), como já fundamentado.**

(...)

**Por isso, não assiste razão ao agravante. Muito ao contrário, posto que**

a liquidação da sentença deve se limitar ao dano emergente representado pelo valor dos bens, cuja entrega foi inadimplida pelo agravado, o que afasta a produção de provas inúteis relacionadas aos lucros cessantes para obstar ampliação do objeto da lide, pois dissociadas do título executivo.

Nesse contexto, tem-se que o provimento das diversas teses recursais suscitadas pelo recorrente demandaria que a premissa acima disposta fosse derruída.

Para tanto, todavia, revelar-se-ia necessária o revolvimento de matéria fático-probatória, tendente a demonstrar que o pedido de lucros cessantes, de fato, fora objeto controvertido na fase de conhecimento. Trata-se, contudo, de providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. DIFERENÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CÁLCULO DO VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO (VPA) PARA APURAÇÃO DO VALOR RELATIVO A JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS DA CRT PARTICIPAÇÕES S.A. APLICAÇÃO DOS BALANCETES MENSIS DETERMINADA NO TÍTULO EXECUTIVO. COISA JULGADA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência pacífica desta Corte assenta que o juízo de liquidação pode interpretar o título formado na fase de conhecimento, com o escopo de liquidá-lo. Precedentes.

**2. Na espécie, o Tribunal de origem consignou que o título executivo judicial expressamente determinou a utilização dos balancetes mensais para fins de apuração dos valores relativos aos dividendos e juros sobre capital próprio da CRT Participações S.A., o qual deve ser aplicado sob pena de ofensa à coisa julgada. Diante da interpretação atribuída ao título pelo juízo de liquidação, não é dado a este Tribunal Superior reinterpretá-lo, ainda que se trate de título judicial, por conta do óbice contido na Súmula 7/STJ.**

3. A Segunda Seção desta Corte, reconhecendo o direito à complementação de ações em contratos de participação financeira firmados entre a Brasil Telecom S/A (sucessora da CRT) e o adquirente de linha telefônica, decidiu, à unanimidade, que o valor patrimonial das ações deve ser apurado com base no mês da integralização, considerando o correspondente balancete mensal aprovado (Súmula 371/STJ).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1514282/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 16/05/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OFENSA A COISA JULGADA NÃO CARACTERIZADA. INTERPRETAÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. INCIDÊNCIA DE SÚMULA 7/STJ.

1. O aresto combatido não se ressentiu de eiva a justificar a interposição do recurso especial por afronta ao artigo 535 do CPC, pois o Tribunal de origem examinou os pontos necessários à solução da lide ainda que de forma diversa da desejada pela parte recorrente.

**2. Diante da interpretação atribuída ao título pelo juízo de liquidação,**

**não é dado a este Tribunal Superior reinterpretá-lo, ainda que se trate de título judicial, por conta do óbice contido no verbete sumular nº 7/STJ.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 339.691/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 20/11/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E LUCROS CESSANTES. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. LIQUIDAÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. CORRESPONDÊNCIA.

(...)

4. O montante a ser apurado na liquidação deve, partindo do comando do título executivo judicial, observar o que foi deduzido na petição inicial, pois o provimento judicial de mérito é o conjunto indissociável de todas as questões resolvidas que compõem o objeto litigioso.

**5. O juízo de liquidação pode interpretar o título formado na fase de conhecimento, com o escopo de liquidá-lo, extraindo-se o sentido e alcance do comando sentencial mediante integração de seu dispositivo com a sua fundamentação, mas, nessa operação, nada pode acrescentar ou retirar, devendo apenas aclarar o exato alcance da tutela antes prestada.**

6. Na presente hipótese, o pedido deduzido na inicial referia-se à restituição de área esbulhada com o pagamento de perdas e danos, relativa à uma indenização mensal pelo tempo de esbulho, razão pela qual a inclusão de perdas e danos referentes à exploração de posto de combustíveis no valor da condenação implica em violação ao art. 475-G do CPC/73.

7. Agravo interno no recurso especial parcialmente provido. Recurso especial parcialmente provido.

(AgInt no REsp 1599412/BA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 24/02/2017)

Nesse cenário, revela-se inadmissível o recurso especial em relação às questões em comento.

**3.** Por fim, quanto à divergência jurisprudencial alegada, este Tribunal Superior tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa o Tribunal de origem. Nesse sentido, confira-se: AgRg no AREsp 786.906/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 16/05/2016; AgRg no AREsp 463.390/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/03/2014).

**4.** Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

